

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA ESTRUTURA



O desenvolvimento integra as dimensões: social, espacial/territorial, setorial, tecnológica e de comércio exterior.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

BASES

Capacidade de formulação de políticas que considerem:

- Conceito de indústria inovadora e de serviços.
- Complexos industriais adensados, com pequenas, médias e grandes empresas e integração vertical e horizontal das cadeias produtivas.
- Modelo de governança público privada, inclusive para financiamento de políticas públicas.
- Aumento da competitividade agregada da economia.
- Densidade, diversidade e complexidade do tecido industrial como uma riqueza.
- Resiliência das cadeias de suprimento e integração estratégica às cadeias regionais e globais.

PRINCÍPIOS

Os princípios são horizontais e devem participar das políticas e dos projetos:

- Descarbonização.
- Economia circular – inservível não é lixo, é matéria-prima de um novo ciclo econômico.
- Digitalização da manufatura e da gestão.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

OBJETIVO GERAL: Reindustrialização do Brasil do Século XXI

COM

- **Produtividade da Economia:** Aumentar a produtividade da economia brasileira, incorporando e desenvolvendo novas tecnologias, processos e materiais. A produtividade cresce conforme a adoção da manufatura enxuta, digitalização e aumento da intensidade tecnológica.
- **Ambiente de Negócios Competitivo:** Aperfeiçoar os ecossistemas de produção e inovação no país, fomentando novas articulações produtivas, novos modelos de negócios e complexos produtivos integrados, com previsibilidade e segurança jurídica.
- **Inserção nos Mercados Regionais e Globais:** Ampliar a inserção via exportações dos bens e serviços brasileiros nos cenários regional e global, por meio de associações e parcerias, aproveitando a janela de oportunidade da nova geopolítica global.
- **Economia de Baixo Carbono e Transição Energética:** Liderar a transição para uma economia verde, com a descarbonização da produção, eficiência energética, ampliação do uso de materiais sustentáveis e economia circular.
- **Qualificação para Integração ao Novo Mundo do Trabalho:** Integração entre a nova produção e o novo mundo do trabalho (ex.: demanda da ferramentaria x expansão do setor; soldador, TI etc.), com qualificação adaptada aos novos paradigmas de produção e trabalho.

PLENÁRIO DO CONSELHO: COLEGIADO DE MINISTROS, EMPRESÁRIOS, TRABALHADORES

Plano Anual da Indústria: orientado por missões

O CNDI é o espaço para a integração das medidas de política industrial e tecnológica, para definir as missões de desenvolvimento do País.

REDE COLABORATIVA DE CÂMARAS TEMÁTICAS



REDE COLABORATIVA DE CÂMARAS SETORIAIS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Estrutura do Gabinete do Ministro



Estrutura do Gabinete de Ministro

Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial

- Redesenho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).
- Instância colegiada público-privada, composta por outros Ministérios e iniciativa privada (entidades patronais, entidade de trabalhadores, universidades, etc.), voltada ao desenvolvimento produtivo.
- Presidência do Ministro do MDIC e Secretaria-Executiva na SE/MDIC.
- Alinhamento com as metas governamentais e foco nos grandes temas e desafios nacionais.

Câmara de Assessoramento e Avaliação de Políticas, com métricas adequadas para avaliação de políticas e projetos voltados para a indústria. Será formada por técnicos gestores das políticas públicas e representantes do setor produtivo, com suporte de consultorias externas especializadas para a realização das avaliações de impacto ex-ante e ex-post e a realização dos encaminhamentos que se fizerem necessários.

Estrutura do Ministério



Secretaria-Executiva



Secretaria-Executiva da CAMEX



Secretaria de Comércio Exterior



Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Serviços e Economia Criativa



Secretaria de Competitividade e Regulação



Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria



Secretaria de Empreendedorismo e de Micro e Pequenas Empresas

Secretaria-Executiva

A Secretaria-Executiva, além das questões internas, é responsável por acompanhar a execução das estratégias definidas pelo Ministro.



Secretaria-Executiva



Departamento de Avaliação e Gestão Corporativa

Planejamento, monitoramento e acompanhamento das ações do ministério; gestão dos pontos focais regionais e no exterior; coordenação da avaliação das políticas do Ministério.



Departamento de Gestão Operacional

Gestão orçamentária, de pessoal, de Tecnologia da Informação e logística.



Departamento de Gestão de Instituições Internacionais de Desenvolvimento

Planejar e coordenar as ações nas instituições financeiras internacionais de desenvolvimento e em foros internacionais relacionados com desenvolvimento.



Secretaria-Executiva do CNDI

Integração das medidas de política industrial e tecnológica, para embasar e definir as diretrizes técnicas para a operação do Ministério.



Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação

Prestar apoio ao CZPE, observadas as disposições do Decreto nº 9.933, de 23 de julho de 2019.

Secretaria- Executiva da CAMEX

A Secretaria-Executiva da Camex deve se colocar como *o locus* para a construção de consensos de propostas para o Conselho de Ministros e demais colegiados, com assessorias técnicas especializadas aptas a realizar essa construção. O Conselho de ministros deverá ser remodelado.

Assessoria Especial de Temas Não Tarifários e Financiamento à Exportação



Comitê Nacional de Facilitação do Comércio – CONFAC; coordenação de propostas sobre tributação no comércio, serviços, barreiras (TBT e SPS); Comitê de Financiamento e Garantia à Exportação – COFIG, Conselho consultivo público-privado de apoio à exportação (presidido pelo SE CAMEX).

Assessoria Especial de Política Tarifária e Defesa Comercial



Comitê de Alterações Tarifárias – CAT,
Comitê Executivo de Gestão – GECEX;
Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público – CDCIP

Assessoria Especial de Apoio à Exportação e Investimentos Estrangeiros



Ombudsman de Investimentos Estrangeiros,
Comitê Nacional de Investimentos,
Ponto de Contato Nacional-PCN para promoção das diretrizes da OCDE para empresas multinacionais; elaboração de políticas para atração e coordenação de investimentos.

Obs.: Atualmente a CAMEX vem se posicionando, ao invés de manter neutralidade, enquanto secretaria executiva. Como exemplo, elaboração de pareceres recentes emitidos opinando sobre alíquotas de importação. Tais posicionamentos acabam por impactar as empresas.

Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior



Assessoria Especial de Temas Não-Tarifários e Financiamento à Exportação

Comitê Nacional de Promoção do Comércio – CONFAC, coordenação de propostas sobre tributação no comércio, serviços, barreiras (TBT e SPS); políticas e programas públicos de financiamento e de garantias às exportações – Programa de Financiamento às Exportações, Seguro de Crédito à Exportação e Fundo de Garantia à Exportação; secretaria-executiva do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – Cofig e do Comace; e secretaria do Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior – CPFGE.



Assessoria Especial de Política Tarifária e Defesa Comercial

Análise e encaminhamentos sobre alterações tarifárias; coordenação do Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público – CDCIP; coordenação do Comitê de Alterações Tarifárias; acompanhamento dos impactos de medidas relativas à defesa comercial; promoção da aproximação das práticas internas de alteração tarifária, de acesso a mercados e de defesa comercial com as práticas internacionais; coordenação do Comitê Executivo de Gestão do Comércio Exterior– GECEX.



Assessoria Especial de Apoio à Exportação e Investimentos Estrangeiros

Estabelecimento de canal para investidores estrangeiros diretos; atuação como **Ombudsman** de Investimentos; acompanhamento e monitoramento de investimentos estrangeiros diretos no País; convocação das reuniões do Comitê Nacional de Investimento - CONINV; e coordenação do ponto de contato nacional de diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE para as empresas multinacionais; elaboração de diretrizes e políticas para a atração e coordenação de investimento estrangeiro de acordo com os objetivos de desenvolvimento industrial, tecnológico e de inovação.

Secretaria de Comércio Exterior

A SECEX deve ter as competências necessárias para implementar, de maneira integrada e sinérgica, a partir de diretrizes e decisões estratégicas estabelecidas pela CAMEX, os instrumentos disponíveis: negociações comerciais, defesa comercial, regulação de comércio em temas não tarifários, facilitação de comércio, operações, tributação, estatísticas, inteligência comercial e estudos econômicos.



Secretaria de Comércio Exterior



Departamento de Defesa Comercial

Investigações de dumping, subsídios, salvaguardas, procedimentos de interesse público, participação nas negociações internacionais sobre o tema; assessoramento na formulação de políticas de desenvolvimento produtivo à luz dos compromissos internacionais relativos a subsídios.



Departamento de Negociações Internacionais

Negociações internacionais sobre temas tarifários e não tarifários e regras de origem; gestão e elaboração de posicionamento técnico sobre instrumentos tarifários do Mercosul e listas de exceção; subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento produtivo à luz dos compromissos econômico-comerciais internacionais assumidos pelo Brasil; coordenação do Comitê Técnico nº 1 (Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias), do Comitê Técnico nº 3 – (Normas e Disciplinas Comerciais Regras de Origem) e do Comitê Técnico nº 8 (Transposição de Nomenclatura de Acordos Comerciais com Terceiros Países e Grupos de Países do Mercosul).



Departamento de Promoção das Exportações, Cultura Exportadora e Facilitação de Comércio

Políticas de promoção de exportações e cultura exportadora; desburocratização de procedimentos e apoio à internacionalização das MPEs; gestão operacional do Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior – COMACE; contratação e supervisão da ABGF; execução de políticas relacionadas ao sistema de financiamento e garantia às exportações; gestão do PROEX; planejamento e execução de políticas de facilitação de comércio exterior; participação nas negociações internacionais sobre facilitação de comércio; acompanhamento da operacionalização do BRAEXP (plataforma digital de serviços para exportação).

Secretaria de Comércio Exterior



Departamento de Planejamento e Inteligência Comercial

Realização de análise de dados; estudos e publicações sobre comércio de bens e serviços; estudos econômicos; elaboração e divulgação da balança comercial de bens e serviços e dados de comércio internacional; coordenação do Comitê Técnico nº 6 (Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul).



Departamento de Operações de Comércio Exterior

Gestão operacional do Portal Único Siscomex; administração dos Regimes Aduaneiros Especiais (Drawback); inteligência operacional quanto ao desempenho dos controles administrativos incidentes sobre o comércio exterior; análises relacionadas à Tributação sobre o Comércio Exterior de bens e serviços; administração das cotas tarifárias e não tarifárias de importação e exportação; desenvolvimento, execução e acompanhamento de políticas e programas de operacionalização do comércio exterior.

Secretaria do Desenvolvimento Industrial, Inovação, Serviços e Economia Criativa

As atividades econômicas ocorrem em espaços e complexos industriais definidos. É necessário recuperar o conhecimento especializado acerca das dinâmicas industriais. Ademais, a indústria deve se ver representada na estrutura da SDIC para uma reaproximação entre as esferas pública e privada no debate da reindustrialização.



Secretaria do Desenvolvimento Industrial, Inovação, Serviços e Economia Criativa



Secretaria do Desenvolvimento Industrial, Inovação, Serviços e Economia Criativa



Departamento de Indústria e Desenvolvimento Regional

Formulação de políticas para Desenvolvimento Industrial Regional; APLs e Polos Industriais;



Departamento de Transformação Digital

Formulação e gestão de políticas de estímulo à manufatura enxuta (Brasil Mais Produtivo), Digitalização e integração 4.0 em médias e pequenas empresas; desenvolvimento de Gestão Digital; Treinamento e Capacitação; programas de promoção da competitividade e inovação voltados às empresas de base tecnológica; e políticas e diretrizes para startups.



Departamento de Competitividade e Fomento à Inovação

Formular e gerir políticas com medidas voltadas ao ecossistema produtivo do Brasil, envolvendo sistemicamente os segmentos de indústria, comércio e serviços, com foco na redução do custo Brasil e em temáticas transversais, como financiamento e garantias, tributário, relação de trabalho, infraestrutura e logística; compras governamentais; acompanhamento da adesão à OCDE e acordos multilaterais.



Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica

Formulação de políticas para as indústrias de Eletrônica e Semicondutores; Informática, produtos ópticos, Aeroespacial civil e defesa; Nuclear; Fármaco; Farmacêutico e Biomedicamentos.

Secretaria do Desenvolvimento Industrial, Inovação, Serviços e Economia Criativa



Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Média-Alta Complexidade Tecnológica

Formulação de políticas e medidas para as indústrias do setor Automotivo (veículos automotores e autopeças); Máquinas e equipamentos elétricos, instrumentos médicos, Naval; Ferroviário; Bens de Capital e Equipamentos para Energias Renováveis; Equipamentos para o complexo de saúde.



Departamento de Desenvolvimento de Insumos e Materiais Intermediários

Formulação de políticas para insumos e materiais intermediários, indústrias Química, Petroquímica e Fertilizantes; Siderurgia e Metalurgia; Celulose-Papel; Insumos para Construção Civil; Petróleo e Gás e combustíveis sintéticos, novos materiais, matérias primas de transição (Gás Natural, especialmente) e renováveis, para estruturação e fortalecimento das cadeias produtivas de insumos e intermediários (química, aço, vidro, papel, entre outros);



Departamento de Indústrias de Bens de Consumo Não Duráveis e Semiduráveis

Formulação de políticas para as indústrias de Alimentos – Massas e Biscoitos, Laticínios, Bebidas, Proteínas e Bens Comestíveis; Têxtil e Vestuário; Couro e Calçados; eletrodomésticos; mobiliário.



Departamento de Serviços, Comércio e Indústrias Criativas

Formulação de políticas para Serviços; Comércio Eletrônico; Indústrias Criativas;

Secretaria de Competitividade e Regulação

Grande parte dos problemas da indústria reside fora dela, surgindo a partir de onerosidades excessivas abrangendo tributação, energia, logística, crédito, dentre outros fatores. Assim, a Secretaria de Política Regulatória é responsável pela construção de diagnósticos e propostas de reformas regulatórias, principalmente nos níveis de Lei e Decreto, e pela negociação da implementação dessas reformas junto aos órgãos competentes, à Casa Civil e ao Congresso Nacional.



Secretaria de Competitividade e Regulação

Temas da Secretaria: Governança regulatória, Tributação, Setor financeiro, Energia elétrica, Gás natural, Petróleo e combustíveis, Transição energética, Transporte e logística, Telecomunicações, Ambiente de negócios, Recursos naturais, dentre outros.



Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Normatização

Atuação na coordenação do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, de acompanhamento e supervisão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro; elaboração de propostas relacionadas aos marcos legais da inovação e atuação junto aos órgãos responsáveis por regulação nessa área.



Departamento de Políticas e Incentivos ao Setor Produtivo e Promoção da Concorrência

Realização de análises e propostas de normas e regulamentos com vistas à construção de um macroambiente favorável ao setor produtivo, em frequente relação com a RFB, DREI, Ministério da Fazenda e Congresso Nacional, incluindo diagnósticos e propostas relativas a políticas de financiamento, mercado de capitais e investimentos, com foco na redução de custos para o setor produtivo, na remoção de onerosidades indevidas e na promoção da concorrência.



Departamento de Mercados Regulados e Infraestrutura

Apoio à definição de metas de investimentos em infraestrutura e nos mercados regulados; coordenação, em articulação com os órgãos setoriais e as agências reguladoras, da elaboração do planejamento de longo prazo nessas áreas, para maximizar a produtividade e a competitividade do País; apoio à formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas de investimentos em infraestrutura e energia; ações relacionadas com as políticas de desenvolvimento da infraestrutura e da oferta dos mercados regulados, no âmbito das competências do Ministério



Departamento de Modernização e Simplificação Regulatórias

Atividades de coordenação da política regulatória na administração pública, abrangendo programas de difusão de boas práticas e a coordenação entre reguladores e entes federativos; implementação proativa de reformas microeconômicas, junto aos órgãos competentes, à Casa Civil e ao Congresso Nacional, com esforços principalmente nos níveis de Lei e Decreto; diagnósticos e propostas envolvendo desburocratização e simplificação regulatória, incluindo tributária, além de atuação para a implementação dessas e de outras propostas.

Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria

A pressão das mudanças climáticas aliada à normatização dos créditos de carbono e do uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a ela associados já impacta as relações comerciais e as condições de produção no mundo. O desenvolvimento de uma economia de baixo carbono com o aproveitamento do potencial da biodiversidade dos biomas brasileiros permitirá o crescimento econômico com alcance dos compromissos ambientais assumidos junto às convenções do Clima e de Biodiversidade da ONU. O Brasil tem todas as condições para ser líder mundial na produção e exportação dos bens e serviços relacionados à essas indústrias.



Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria



Departamento de Patrimônio Genético, Cadeias Produtivas dos Biomas e Amazônia.

Promoção do desenvolvimento regional ligado às cadeias produtivas que usam patrimônio genético e conhecimento tradicional a ele associado. Elaboração, implementação, avaliação e controle de políticas para capacitação de empreendedores e trabalhadores de setores produtivos intensivos em biodiversidade; Estratégias de fomento ao desenvolvimento das cadeias produtivas nos biomas; parceria com o MCTI no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.



Departamento de Descarbonização, Bioindústria e Economia Circular

Elaboração de políticas para o desenvolvimento de cadeias produtivas intensivas em uso de biomassa; Promoção dos serviços tecnológicos relacionados à bioindústria e à economia circular; Elaboração de estratégias para definição e superação de lacunas tecnológicas dos setores produtivos intensivos em biomassa; Promoção dos setores ligados à transição energética e à mitigação de impactos ambientais; Promoção de tecnologias que protegem o meio ambiente; reduzem poluentes; utilizam recursos de forma mais sustentável; Promoção e difusão de tecnologias e negócios relacionadas ao fortalecimento dos setores de energias alternativas, transportes, conservação de energia, gerenciamento de resíduos e produção sustentável; promoção da substituição de fontes intensivas em CO2 em processos industriais por fontes renováveis.



Departamento de Certificação, Finanças Verdes e Mercado de Carbono

Propor, em parceria com demais órgãos do governo, regulação do mercado de carbono e desenvolvimento de metodologia para precificação do carbono capturado; propostas de modelos de negócios sustentáveis para uma economia de baixo carbono; elaborar propostas para mecanismos econômicos e financeiros para viabilizar a implementação das estratégias integrantes das políticas relativas à promoção da economia verde.



Departamento de Regulação e Negociações Socioambientais

Propor o aprimoramento dos regimes jurídicos nacionais e internacionais, articulação com órgãos socioambientais, colegiados (CGEN, CTNBio e etc.) e interlocução com representantes da sociedade civil organizada; participar e dar suporte às negociações bilaterais e multilaterais ambientais, em especial as que envolvam regras de uso de patrimônio genético, informação de sequências digitais de organismos vivos e conhecimentos tradicionais associados; Apoiar a participação brasileira em acordos; participar de negociações e reuniões em temas de sua competência.



Departamento de Biodiversidade e Insumos Estratégicos da Saúde

Elaboração de políticas para o desenvolvimento de cadeias produtivas intensivas em uso de biodiversidade, especialmente as de biofármacos, vacinas, fitoterápicos, cosméticos, perfumaria, higiene pessoal, alimentos funcionais e seus insumos estratégicos; Promover os serviços tecnológicos relacionados a esses setores; Identificação e elaboração de estratégias para superação de lacunas tecnológicas nos setores produtivos intensivos no uso de biodiversidade.

Secretaria de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo

As micro e pequenas empresas correspondem por 30% do Produto Interno Bruto (PIB). Com um faturamento que chega até R\$ 3 trilhões por ano, o setor é responsável por 78% dos empregos gerados, além de promover em larga escala a inclusão produtiva dos microempreendedores individuais (MEI). A Secretaria deverá ter a finalidade de formular e coordenar a política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação, a partir das diretrizes do Fórum Permanente das MPEs.



Fórum Permanente da MPE (FPMPE)



Comitê Gestor da REDESIM – Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios



Departamento de Registro
Empresarial e Integração



Departamento de
Empreendedorismo, **Inovação**
e Economia Digital



Departamento de Apoio às
Exportações



Departamento de Apoio a
Micro Empreendedores
Individuais e Artesanato

Secretaria de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo



Departamento de Registro Empresarial e Integração

Formulação de diretrizes e implementação de políticas para o registro e o acompanhamento do ambiente de negócios para as microempresa, empresa de pequeno porte, visando à melhoria do ambiente de negócios, por meio do aperfeiçoamento e da simplificação de mecanismos regulatórios e fiscais.



Departamento de Empreendedorismo e Ambiente de Negócios

Formulação e implementação de políticas e diretrizes para o apoio à microempresa, empresa de pequeno porte, expansão e formalização de MPEs, melhoria do ambiente de negócios para MPEs, por meio do aperfeiçoamento e da simplificação de mecanismos regulatórios e fiscais, do acesso a crédito e à fiscalização da concessão do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para micro e pequenas empresas previsto na Constituição Federal, e o apoio à inovação nas MPEs. A falta de crédito e a alta carga tributária estão hoje entre os maiores problemas das pequenas empresas brasileiras; implementação de normas e instrumentos que favoreçam a participação das MPEs nas compras públicas.



Departamento de Apoio às Exportações

Implementação de políticas para apoio e fomento às exportações das empresas de pequeno porte, por meio de formação de consórcios e articulação com outros Órgão e Instituições relacionadas com o tema, especialmente a APEX.



Departamento de Apoio a Microempreendedores Individuais e Artesanato

políticas voltadas para a produção artesanal nacional em articulação com o sistema S, estados e municípios; formulação e implementação de programas de extensionismo para micro-empendedorismo individual, articulação junto com as instituições financeiras de programas voltados para o microcrédito, crédito e garantias.

Órgãos Vinculados ou com Contrato de Gestão

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Gabinete).
- Centro de Bionegócios da Amazônia – CBA (SEBioma).
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO (SDIC).
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI (SDIC).
- Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (SDIC).
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (SEMPE).
- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI (SDIC).
- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex Brasil (SECEX).
- Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF (SECEX).